

O PROEJA NOS INSTITUTOS FEDERAIS: DESAFIOS ATUAIS

Resumo: Os acontecimentos políticos no Brasil após o golpe parlamentar de 2016 trouxeram inúmeras dúvidas e inquietações em relação ao futuro do PROEJA no âmbito dos Institutos Federais. O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os desafios do PROEJA frente ao atual cenário de desesperanças e retrocessos em nosso país. A partir de um conjunto de estudos, pesquisas e experiências sobre o PROEJA nos últimos 12 anos, são indicados os principais desafios existentes atualmente para garantir o direito de jovens e adultos ao acesso e à permanência nos Institutos Federais.

Palavras-chave: EJA. PROEJA. Institutos Federais.

Introdução:

O presente texto foi produzido a partir do convite feito pelo Instituto Federal da Bahia e pelo Instituto Federal Bahiano, em outubro de 2017. Foi escrito originalmente para o seminário interinstitucional intitulado “A (Re) Existência do PROEJA nos IFs da Bahia”.¹

Em função da participação nesse seminário, fui provocado a refletir sobre a minha própria trajetória enquanto educador e pesquisador da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do Programa Nacional de Integral da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e a refazer os percursos históricos dessa modalidade de ensino no Brasil. Relembrei inicialmente de outros momentos em que estive na Bahia e fui percebendo as inúmeras conexões existentes entre os distintos espaços visitados e as histórias vividas.

Recordei, por exemplo, de 2006, ano da publicação do Decreto 5.840 do PROEJA, quando acompanhei, em Porto Seguro, uma experiência de trabalhadores que haviam assumido a Escola Brasil Profissional, construída com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) para atender aos interesses empresariais e que foi posteriormente abandonada. Era mais uma das dezenas de escolas comunitárias construídas no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) na perspectiva de

¹ - O texto é uma síntese da conferência intitulada “Acesso e permanência dos estudantes do PROEJA nos Institutos Federais”, realizada neste seminário.

privatização da educação profissional no Brasil que, a partir do governo Lula, foi federalizada, transformando-se, em 2008, no Instituto Federal da Bahia, Campus Porto Seguro. Nas negociações para a cefetização/federalização, das quais participei, havia uma grande preocupação de que aquele espaço, que havia sido recuperado pelos trabalhadores e que localizava-se em uma das regiões mais empobrecidas da cidade, pudesse estar a serviço de homens e mulheres, jovens e adultos das classes populares.

Recordei também de experiências posteriores, em 2013 e 2014, quando um dos grandes dilemas do IFBaiano, em Salvador e em Guanambi, era sobre como materializar o PROEJA em sala de aula a partir de diferentes metodologias. Realizamos, nesses dois locais, oficinas mostrando as inúmeras possibilidades metodológicas para o trabalho com jovens e adultos. Porém, já estava claro naquele momento que, além da questão das metodologias para a sala de aula, havia vários outros desafios a serem superados pelos profissionais que atuavam no PROEJA.

Neste curto espaço de tempo, de 2006 a 2014, apesar das inúmeras dificuldades que enfrentávamos, dos avanços e retrocessos ocorridos e dos desafios que tínhamos pela frente, é possível dizer que vivíamos no Brasil tempos de esperança. O PROEJA, junto com o Ensino Médio Integrado, nos animava a seguir em frente rumo à efetivação de uma política pública que garantisse a ampliação do acesso e da permanência do público jovem e adulto à escola. Nesse tempo, inúmeras experiências ligadas ao PROEJA foram realizadas em todo o país, especialmente no contexto dos Institutos Federais.

Situação bem diferente, porém, marcou o retorno à Bahia, em outubro de 2017. Seguíamos acreditando no PROEJA, mas bastante preocupados diante do cenário nacional.

Uma das preocupações neste último momento, impregnado de desesperanças e retrocessos, foi sobre o futuro do PROEJA, o acesso e a permanência dos estudantes deste programa no contexto dos Institutos Federais. Diante de tantos ataques recentes aos trabalhadores, o direito de jovens e adultos de continuar estudando não estaria também ameaçado? Quais os riscos para o PROEJA após a reforma do ensino médio? Como (re) existir e manter o PROEJA e a EJA vivos e fortalecidos nos Institutos Federais?

O objetivo do presente texto é refletir sobre essas preocupações, mostrando os desafios atuais do PROEJA especialmente nos Institutos Federais. O ponto de partida da

reflexão proposta é a trajetória da EJA no Brasil e as suas vinculações com o surgimento do PROEJA, em 2005.

Espero que as reflexões aqui apresentadas possam ajudar a (re) construir caminhos de esperanças e “(re) existências” do PROEJA e da EJA, nos animando a seguir em frente com nossas lutas e utopias.

O PROEJA E A EJA

O PROEJA foi criado em 2005 e reformulado em 2006 e desde então tem existido em diversas partes do nosso país. São, portanto, mais 12 anos de existência.

Por meio do PROEJA procura-se avançar na oferta da Educação de Jovens e Adultos permitindo a homens e mulheres que não terminaram seus estudos na dita “idade própria” a conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio ao mesmo tempo em que se profissionalizam por meio de um curso de qualificação, de, no mínimo, 200 horas, ou de um curso técnico que pode variar de 800 a 1200 horas. Mas não se tratam de duas formações separadas e sim parte de um projeto único, integrado e pensado especificamente para a realidade do público de EJA.

Falar sobre o PROEJA exige, primeiramente, uma reflexão sobre o que é a EJA e sobre quem são os seus sujeitos. Aqui é importante destacar que *Sujeito* não tem um caráter pejorativo, mas positivo, pois se refere àquele que age, que transforma, participa e produz a sua própria história. Quando falamos dos *Sujeitos da EJA* nos vinculamos a um grupo mais amplo de educadores e pesquisadores brasileiros que vêm, há vários anos, estudando as características do público que frequenta os cursos e turmas de EJA.

É importante destacar que a EJA, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, é uma modalidade da Educação Básica. Essa compreensão sobre a EJA como uma modalidade presente na LDB é o resultado de um processo histórico mais amplo.

O reconhecimento da necessidade de uma educação voltada para jovens e adultos ocorre pelo menos desde o século XIX, com a criação das “escolas noturnas”. Conforme mostra a pesquisadora Ana Luiza Jesus da Costa num artigo publicado em 2011 na Revista Educação e Sociedade,

Havia certo consenso entre sujeitos envolvidos com os principais debates da esfera pública sobre a importância e valor dos cursos noturnos e sua missão de levar a “luz da razão” e a “redenção da civilização” ao “povo ignorante”, “mergulhado em vícios” e “propenso a crimes e todo tipo de barbárie”. (...) Como pontos constitutivos desse projeto podemos observar: a missão civilizatória; a constituição do Estado imperial; formação do mercado de trabalho livre disciplinado, num momento de progressiva extinção do escravismo; formação para cidadania restrita; controle social para manutenção da ordem. (COSTA, 2011, p. 55)

As escolas noturnas eram organizadas pela iniciativa privada e pelo império e voltadas para o público masculino. É preciso lembrar que naquele período grande parte da população brasileira era escrava e mais de 80% da população era analfabeta.

O analfabetismo e o acesso à escola foram uma realidade durante o Império e tornaram-se cada vez mais um problema a partir de 1889 com a República. Entre 1889 e 1930 o país foi pouco a pouco se urbanizando e industrializando, formando uma classe operária especialmente nas maiores cidades.

É neste contexto que surgem as Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909, e que, posteriormente, há o fortalecimento da EJA como política pública a partir da década de 1930. Os professores Sergio Haddad e Maria Clara Di Pierro mostram, em um artigo publicado na Revista Brasileira de Educação (HADDAD e DI PIERRO, 2000) que, a partir década de 1930 e especialmente na década de 1940, a “educação de adultos” se tornou um “problema de política nacional” e passou, pela primeira vez, a receber um tratamento particular.

Apesar disso, a EJA e principalmente a alfabetização de adultos foi ofertada na perspectiva de campanhas de “erradicação do analfabetismo”. Em 1945 foram destinados recursos públicos para um plano geral de Ensino Supletivo destinado a adolescentes e adultos analfabetos. Em 1947 foi lançada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Tanto as campanhas quanto a perspectiva do supletivo permanecessem impactando a EJA até hoje.

É neste contexto que a EJA vai ganhando a sua identidade própria. Em 1947 ocorre o 1º Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos e em 1958 o II Congresso. O II Congresso Nacional de Educação de Adultos ocorreu no Rio de Janeiro, e mostra “uma grande preocupação dos educadores em redefinir as características específicas e um espaço próprio para essa modalidade de ensino”, conforme apontou Paiva (Apud HADDAD e DI PIERRO, 2000, p. 112).

É nesse II Congresso que ganha destaque a figura do educador brasileiro Paulo Freire, que na década de 1940 coordenou os programas de educação de adultos do SESI. Foi nesse local que Freire trabalhou durante dez anos e fez suas primeiras experiências que resultaram, mais tarde, no método que se tornou mundialmente conhecido: o método Paulo Freire.

O contexto do final da década de 1950 e início de 1960 foi de efervescência e expectativas em relação ao papel transformador da EJA. Em 1963, Angicos, uma pequena cidade do interior do estado do Rio Grande do Norte, foi o local onde Paulo Freire e um grupo de estudantes, a partir da organização de “Círculos de Cultura”, alfabetizaram e politizaram 300 trabalhadores em 40 horas. “Os resultados obtidos, trezentos trabalhadores alfabetizados em cerca de 45 dias, impressionaram profundamente a opinião pública, e a aplicação do sistema pôde estender-se, já agora sob o patrocínio do governo federal, a todo o território nacional.” (FREIRE, 2011, p.17)

A década de 1960 permite refletirmos sobre a construção de um projeto nacional e latino-americano para a EJA na perspectiva da Educação Popular e das classes populares. Um projeto que dá uma nova identidade à EJA. Porém, no Brasil, é um projeto que se contrapõe a vários interesses e, por isso, não agrada aos governos militares que permaneceram no comando do país entre 1964 e 1985. Em seu lugar, os militares criaram o MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização.

No entanto, as diferentes experiências de EJA na perspectiva da Educação Popular e dos Movimentos Sociais continuaram a ganhar força nas décadas de 1970 e 1980 e ajudaram a construir as novas políticas de EJA na América Latina durante o processo de redemocratização.

No Brasil, a luta pela EJA ajudou a materializar a educação como direito de todos na Constituinte de 1988 e na transformação da EJA como modalidade de ensino na LDB de 1996.

No campo da educação profissional, a década de 1980 também é o período em que começam a ganhar força os debates sobre uma educação politécnica e omnilateral, especialmente a partir do pensamento do educador e pesquisador Demerval Saviani. Tais debates seriam retomados anos mais tarde, durante a implantação do PROEJA, visando conectar a EJA à Educação Profissional.

Um dos documentos mais importantes da EJA, que nasceu a partir da Constituinte de 1988, e especialmente, da LBD de 1996, foi o Parecer 11/2000, do Professor Jamil Cury. Segundo esse parecer (BRASIL, 2000), a EJA tem uma função *Reparadora*, pois o país tem uma dívida histórica com esse público; uma função *Equalizadora*, pois deve permitir a jovens e adultos o direito a uma escola de qualidade; e uma função *Qualificadora*, pois jovens e adultos devem ter o direito de aprender ao longo da vida.

Foi, portanto, a partir dessa trajetória de lutas da EJA e de experiências de educação profissional, construídas especialmente pelos movimentos sociais e populares, que nasceu, em 2005, o PROEJA.

OS DESAFIOS DO PROEJA NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Desde a sua criação, o PROEJA segue desafiando equipes em todo o Brasil. Há, por um lado, a necessidade de contemplar as especificidades dessa modalidade e, por outro, o desafio de integrar a educação básica com a educação profissional. Esses são dois grandes desafios. Mas há um desafio ainda maior: garantir o direito de jovens e adultos de acessar, permanecer e concluir sua formação básica e técnica nos Institutos Federais.

Há, hoje, uma série de publicações sobre o PROEJA, fruto das especializações e projetos de pesquisa estimulados e financiados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) a partir de 2006 e 2007. Há ainda uma série de trabalhos apresentados em congressos como os da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED), e um conjunto de dissertações e teses defendidas em várias universidades brasileiras. Um rápido levantamento, realizado em outubro de 2017 na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, mostra que entre 2008 e 2017 foram defendidas 111 dissertações e 47 teses que tratam do PROEJA.² Entre as universidades

² - Neste levantamento foi utilizado para a busca apenas o termo PROEJA e a pesquisa considerou somente as dissertações e teses que possuem este termo no título. Não limitando a busca

com dissertações e teses sobre o PROEJA se destacam a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Uma das dissertações encontradas, escrita por Marta Quadros Fernandes, trata do PROEJA no IFBA, analisando o caso do campus de Vitória da Conquista. Outras três dissertações foram escritas por Maria da Conceição Oliveira, que analisou o curso Técnico em Saneamento/PROEJA do IFBA, Campus de Salvador, e Tânia Maria Dantas Flores e Suélen Gonçalves Paixão da Silva, que analisaram a experiência do PROEJA no IFBA Campus Santo Amaro.

Além de teses e dissertações, há um conjunto de artigos acadêmicos, livros e outros materiais publicados, compondo um vasto material que permite conhecer as experiências de PROEJA FIC e PROEJA Técnico em todo o país.

Em julho e agosto de 2017, participei de duas bancas de mestrado sobre o PROEJA. Ambas trataram de cursos na área de Turismo e Hospitalidade. Na última, de Meimilany Gelsleichter, do IFSC, Câmpus Florianópolis-Continente, o foco foi a (re) inserção profissional de egressos do PROEJA. Uma das análises feitas pela autora refere-se ao impacto do PROEJA na vida e no trabalho de jovens e adultos. Um balanço feito, em trabalhos publicados na ANPED e em teses e dissertações, mostra que o maior impacto é na autoestima desse público, mas que nem sempre os jovens e adultos mudam de ocupações ou melhoram suas condições concretas de vida. Há vários fatores para isso e tudo depende do perfil do público da EJA. No caso das mulheres, por exemplo, os fatores como a família interferem muito nesse aspecto. Para muitos dos entrevistados por Gelsleichter (2017), o curso é uma possibilidade de alargar o leque de opções para, quando tiverem condições e segurança, mudarem de área profissional.

Nesse trabalho também aparece diferenças entre áreas como Eletromecânica e Enfermagem e outras áreas como o Turismo e a Administração. Ou seja, a opção de cursos ofertados para jovens e adultos em áreas tradicionais também é fundamental, com impactos diretos sobre a renda. Porém, é preciso destacar que esse é um dos Calcanhares de Aquiles, ou seja, uma das partes frágeis do PROEJA. Existe uma máxima e um certo discurso preconceituoso sobre a “incapacidade” de jovens e adultos de realizarem cursos em áreas que envolvam cálculos e operações complexas como

Elétrica, Eletrônica, Mecatrônica, Enfermagem, dentre outras. O argumento, equivocado, é que é preciso oferecer cursos “mais fáceis” para os estudantes de EJA, que, em geral, segundo os defensores dessa ideia, “não têm base”.

Outro aspecto apontado na dissertação de Gelsleichter (2017) é que os programas de assistência estudantil são muito importantes para a manutenção do público de EJA na escola. A pesquisa realizada mostrou que 66% dos egressos do PROEJA não seguiram os estudos por motivos financeiros.

Essa é uma das marcas da EJA e do PROEJA, ou seja, são trabalhadores jovens e adultos com renda familiar mensal muito baixa, até dois salários mínimos. São sujeitos que vivem do trabalho e para quem a escola é uma segunda, terceira ou quarta opção.

Outra dissertação que nos ajuda a pensar o PROEJA foi escrita por Ana Maria Rayol da Costa, com base em um estudo focado no Instituto Federal do Pará. O foco do estudo não foi o PROEJA, mas o Ensino Médio Integrado. Porém, os desafios apontados por Costa (2012) servem para o PROEJA. Segundo essa autora, existem três grandes problemas para a materialização do currículo integrado:

- 1. Problemas de ordem conceitual;
- 2. Problemas de operacionalização curricular;
- 3. Problemas de organização dos sistemas de ensino.

No caso do PROEJA, os três problemas acima estão presentes e a grande dificuldade está no terceiro aspecto, ou seja, a organização dos sistemas de ensino, com uma maior presença do público de EJA e manutenção das ofertas nos Institutos Federais.

O que tem ocorrido é um movimento oscilante de oferta de cursos de PROEJA. Num trabalho apresentado agora no início de outubro na ANPED, com foco no Colégio Técnico e Industrial de Santa Maria-RS, as professoras Mariglei Severo Maraschin e Líliliana Soares Ferreira, propuseram pensar no PROEJA em quatro momentos. *1º momento*, ligado à fase de implantação até o Certific (2005-2010) – esse foi um momento de indução do PROEJA, especialmente por meio da SETEC. Nessa etapa, houve um gradativo aumento da oferta, inclusive com a indução do PROEJA-FIC. Em 2010 ocorreu o Encontro Nacional do PROEJA-FIC, em Porto Alegre-RS, com a

publicação das experiências até então. Nesse mesmo ano aconteceram os Fóruns Regionais do PROEJA em todo o Brasil.

O 2º momento, segundo Maraschin e Ferreira (2017), inicia em 2011, com o PRONATEC e engloba o PRONATEC PROEJA. Nessa etapa a SETEC/MEC, inclusive chamou os representantes dos IFs, UNDIME e outras entidades ligadas ao PROEJA para um Seminário Nacional do PROEJA em Brasília. O que se queria, no fundo, era incluir o PROEJA no PRONATEC. Naquele momento já havia toda uma crítica ao PRONATEC como um programa que representava um retrocesso em relação às tentativas de uma educação integrada e politécnica.

Mesmo que muitos cursos de PROEJA foram ofertados via PRONATEC, a verdade é que o PRONATEC contribuiu para esvaziar o PROEJA e as suas ofertas. Apesar disso, foram desenvolvidas experiências exitosas, como mostram estudos sobre o PROEJA-PRONATEC na cidade de Goiânia (LACERDA, 2016).

O 3º momento do PROEJA, segundo Maraschin e Ferreira (2017), está relacionado a todos os debates ligados às Conferências de Educação e à construção do Plano Nacional de Educação (PNE), que iniciou em 2010 e terminou com a publicação do PNE em 2014. Foi um momento de aglutinação dos diferentes setores que defendem a EJA. A partir do PNE há uma Meta específica para a EJA, que é a Meta 10, tema sobre o qual escrevi no editorial da Revista EJA em Debate, de julho de 2017 (SILVA, 2017).

A Meta 10 prevê “oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”. Tal desafio está vinculado a 11 estratégias que estão relacionadas a programas voltados à: 1) conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial; 2) expansão das matrículas na EJA; 3) fomento à integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional considerando a diversidade da EJA; 4) ampliação de oportunidades profissionais aos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade; 5) implantação do programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na EJA integrada à educação profissional; 6) estímulo à diversificação curricular da EJA; 7) fomento à produção de material didático, ao desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, aos instrumentos de avaliação, ao acesso a equipamentos e laboratórios e à formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na EJA

articulada à educação profissional; 8) fomento à oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à EJA; 9) institucionalização de programa nacional de assistência ao estudante; 10) expansão da oferta de EJA articulada à educação profissional para pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais; e 11) implementação de mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores. (SILVA, 2017)

Finalmente, o *4º momento* apontado por Maraschin e Ferreira (2017) é o que nos encontramos agora, após a reforma do ensino médio. O momento que vivemos, inclusive, motivou o seminário interinstitucional a que me referi no início do texto.

Considerados esses quatro momentos, o que temos são muitas dúvidas sobre o futuro do PROEJA, ao mesmo tempo em que há experiências exitosas em todo o Brasil. Os antigos desafios permanecem e novos surgem, a partir das práticas concretas em sala de aula. Porém, agora, em um cenário politicamente bastante desfavorável aos trabalhadores.

Dados de 2013, publicado pelas colegas do IFSC Mara Lúcia Tavares e Elenita Ramos, na Revista EJA em Debate (TAVARES e RAMOS, 2017), baseados em dados do MEC/INEP/DEED/Censo Escolar, mostram que, naquele ano, apenas 0,8% de matrículas no Ensino Fundamental e 3,1% no Ensino Médio eram nessa forma de oferta.

Um artigo publicado no ano passado pelas professoras Edna Castro e Edna Scopel, da Universidade Federal do Espírito Santo, com um balanço sobre os 10 anos do PROEJA, mostra que em 2014 apenas 3,7 das matrículas em EJA eram na forma integrada. Nesse mesmo ano, o índice de brasileiros com 18 anos ou mais que não havia concluído a educação básica era de 68,8%. E que 52% da população de mais de 15 anos não estava frequentando a escola. (CASTRO e SCOPEL, 2016)

A tese publicada em 2014 na Universidade Federal de Goiás, com estudos sobre cinco Institutos Federais, incluindo o Instituto Federal da Bahia, escrita por Jacqueline Maria Barbosa Vitorette, mostra que em 2012, o percentual de oferta de PROEJA nos Institutos Federais era de 6,6%, com as maiores ofertas no Acre, Maranhão, Espírito Santo, Roraima e Instituto Federal Farroupilha. Nesse ano, o percentual do IFBaiano era de 4,7% e do IFBA 4,1%. (VITORETTE, 2014)

A conclusão da autora é de que: “o Estado esteve presente na indução do Proeja e, para isso, houve financiamento específico, formação de professor, de gestor e de técnico administrativo e criou-se legislação apropriada para se induzir essa política”, mas, segundo Vitorette (2014), “os principais resultados indicam a não concretização do Proeja como política pública de Estado, havendo ainda uma diferenciação entre a intenção declarada e a materialização do Proeja”.

Os resultados indicam também entendimento restrito no que diz respeito à garantia do direito à educação para o público de jovens e adultos trabalhadores, confusão em relação às especificidades desses sujeitos, limites na concretização da formação de professores e ausência de professores para atuar no programa. Embora tenha havido um movimento contrahegemônico nos IFs para a defesa da implantação do Proeja, o que se verifica é a concepção liberal de direito iguais, excluindo, com isso, os diferentes e “menos capazes”. (VITORETTE, 2014).

Em relação aos desafios pedagógicos, pesquisas recentes realizadas por nosso grupo de pesquisa em Chapecó (Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Currículo Integrado) apontam que, para os que atuam com o currículo integrado, os maiores desafios para a integração são: a) o planejamento coletivo; b) trabalhar de forma interdisciplinar; c) diálogo entre formação básica e técnica; d) materialização em si da integração; e) formação docente; f) compreensão teórica sobre o Currículo Integrado. (SILVA et al, 2016)

Em livro que organizei em 2014 para a Especialização em PROEJA (SILVA, 2014) procurei mostrar que há um conjunto de fatores que interferem na permanência dos estudantes de PROEJA, como as estratégias de acolhimento e o trabalho com as hipóteses dos estudantes, o acompanhamento específico para as turmas de primeiro semestre, o número inicial de componentes curriculares, a possibilidade de já ter componentes curriculares da formação técnica logo no início do curso, o trabalho integrado por meio de Projetos Integradores e Oficinas de Integração, o olhar atento dos professores e equipes pedagógicas, os vínculos entre escola e família, a utilização de metodologias diferenciadas que envolvam e estimulem os estudantes, as estratégias de avaliação e de sistematização do processo.

No final de setembro e início de outubro de 2017 realizamos no IFSC, Câmpus Chapecó, os Conselhos de Classe Parciais do curso de PROEJA Técnico em Eletromecânica, no qual atuo desde 2009. Trago aqui as respostas parciais a duas perguntas feitas aos estudantes para esses conselhos. A primeira é: Quais as principais características de um (a) professor (a) que o ajuda na compreensão do conteúdo e na qualidade das aulas? A segunda pergunta é: O que te motiva a continuar estudando no IFSC?

Para a primeira pergunta é interessante notar que as características mais valorizadas pelas sete turmas do curso de PROEJA em Eletromecânica foram: 1) A paciência que os professores devem ter; 2) A necessidade de aulas dinâmicas, interativas e animadas; 3) A atenção dispensadas pelos professores aos estudantes; 4) A disposição dos professores para tirar dúvidas.

Na segunda pergunta, o que mais motiva, segundo os estudantes, são os professores, o ensino de qualidade, a possibilidade de aprender e ter novos conhecimentos e o fato de poder concluir o curso técnico e de ensino médio. (IFSC, 2017)

Nas respostas obtidas evidencia-se a importância que os professores e professoras têm para o público jovem e adulto, seja para animá-los a continuar estudando, seja para que sejam desafiados a “ser mais” por meio dos conhecimentos sistematizados e pela interação com educadores e outros educandos.

Apesar dos desafios apresentados, é preciso enfatizar que a questão pedagógica torna-se um problema maior ou menor à medida que as outras dimensões (teórica-conceitual e de gestão do sistema) também não são enfrentadas. Não se avançará somente com ações específicas em cada dimensão, mas a partir de uma visão de totalidade.

No último encontro da ANPED, realizado em São Luís do Maranhão no início de outubro, houve uma mesa redonda específica sobre o PROEJA, com quatro trabalhos que nos enchem de esperança sobre o potencial e a continuidade desse programa.

Porém, a mesma mesa indicou os desafios que precisam ser superados para que haja avanços efetivos no PROEJA. Tais desafios são reproduzidos abaixo:

- 1º A necessidade de se ampliar a integração curricular no contexto do PROEJA.

- 2º É preciso diminuir a rotatividade dos professores de PROEJA, que segue sendo elevada.
- 3º É importante seguir com as especializações em PROEJA, avaliando o seu formato.
- 4º É preciso avançar com outras formações específicas em EJA, inclusive pensadas para as realidades onde as ofertas acontecem.
- 5º É necessário superar a provisoriedade do PROEJA nas instituições ofertantes, com políticas institucionais efetivas para a EJA.
- 6º Precisamos superar a busca do estudante ideal de EJA e considerar e compreender quem são esses sujeitos concretos.
- 7º É fundamental superar a discriminação dos estudantes de EJA, o que segue ocorrendo inclusive entre os gestores dos Institutos Federais.
- 8º É necessário refletir sobre a lógica de verticalização dos Institutos Federais e qual é o espaço para a EJA nessas instituições.
- 9º É importante ampliar o debate interno e com outros atores externos sobre a EJA.
- 10º É necessário avançar nas formas de acolhimento saindo da dimensão apenas protocolar de receber os jovens e adultos que reiniciam as suas trajetórias nos Institutos Federais.
- 11º É importante mapear os professores dispostos a atuar com a EJA e dar suporte e condições para o seu trabalho.
- 12º É fundamental a construção de espaços e ambientes mais inclusos e que ajudem na construção da identidade da EJA nos IFs.
- 13º É importante avaliar os limites e potencialidades da relação PROEJA-PRONATEC.
- 14º É necessário saber quem são e quais são os sonhos e necessidades dos estudantes do PROEJA.
- 15º É importante criar novas estratégias para a permanência e o êxito dos estudantes do PROEJA no contexto dos Institutos Federais.

Há portanto, um caminho trilhado, com um farto material para repensarmos os rumos do PROEJA nos Institutos Federais. Mas o que está claro é que não há como pensar no acesso, na permanência e no êxito dos estudantes do PROEJA nos Institutos

Federais isoladamente, sem saber quem são os sujeitos da EJA, de onde vêm, que sonhos e expectativas têm, que realidades cotidianas vivem.

Não há como pensar no acesso, na permanência e no êxito sem considerar as três dimensões que enfatizei acima (conceitual, pedagógica e de gestão do sistema), com base em Costa (2012) e sem considerar a história e as especificidades da EJA como modalidade. Não há como pensar no acesso, na permanência e no êxito sem considerar as três funções da EJA (Reparadora, Equalizadora e Qualificadora), trazidas por Jamil Cury.

Não há como pensar no acesso, na permanência e no êxito sem espaços que acolham, com pessoas que queiram bem e que ao mesmo tempo sejam rigorosas para que os nossos estudantes sejam mais.

Todos os fatores apontados acima são elementos que nos ajudam a reorganizar e criar novas redes de (re) existência do PROEJA nos Institutos Federais, seguindo em frente, apesar da conjuntura desfavorável à EJA e à educação pública em nosso país. Não podemos retroceder em relação ao direito do público jovem e adulto de acessar, permanecer e serem exitosos nos Institutos Federais. Passados mais de 12 anos da instituição do PROEJA precisamos seguir na luta para a ampliação e consolidação desse programa e dessa modalidade de ensino na rede federal.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Parecer CNE/CEB 11/2000** - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos. Brasília: CNE/MEC, 2000.

COSTA, A. L. J.. As escolas noturnas do município da corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 53-68, jan.-mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n114/a04v32n114.pdf>. Acesso em out. 2017.

COSTA, A. M. R.. **Integração do ensino médio e técnico: percepções de alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA/Campus Castanhal**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2012.

FERNANDES, M. Q.. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia e o PROEJA: o caso do campus de Vitória da Conquista**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

- FLORES, T. M. D.. **Política pública PROEJA no IFBA Campus Santo Amaro (BA):** (des)caminhos, contradições e consequências. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GELSLEICHTER, M.. **As trajetórias profissionais dos egressos do PROEJA: o IFSC Campus Florianópolis Continente em análise.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- HADDAD, S. e DI PIERRO, M.C. Escolarização de jovens e adultos. Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Educação**, nº 14, mai/jun/jul/ago, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>. Acesso em mar. 2014.
- IFSC. **Conselhos de Classe Parciais - 2017.2.** Chapecó: IFSC, 2017.
- LACERDA, Cláudio Virote. **A experiência do PROEJA-FIC/PRONATEC na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia:** a construção do currículo pelos sujeitos da educação de adolescentes, jovens e adultos (EAJA). Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2016.
- MARASCHIN, M. S. e FERREIRA, L. S.. Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional: histórico e perspectivas. In: **38ª Reunião Nacional da ANPED.** Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT18_426.pdf. Acesso em out. 2017.
- OLIVEIRA, M. C. V. P.. **O Curso Técnico em Saneamento/PROEJA, no IFBA, Campus de Salvador:** um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2014.
- OLIVEIRA, E.C e SCOPEL, E. G.. Uma década do PROEJA: sua gênese, balanço e perspectivas. Natal, **HOLOS**, Ano 32, Vol. 6. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4998>. Acesso em out. 2017.
- SILVA, A. L.. **Currículo Integrado.** Florianópolis: IFSC, 2014. Disponível em: http://www.ifsc.edu.br/arquivos/ead/PROEJA_curriculo_integrado.pdf. Acesso em out. 2017.
- SILVA, A.L.. Editorial. **Revista EJA em Debate.** Florianópolis, IFSC, v. 6, n. 9, 2017.
- SILVA et al. Ciclo de Debates sobre o Currículo Integrado. **Anais do SEPEI.** Florianópolis: IFSC, 2016.
- SILVA, S. G. P.. **O lugar do PROEJA no IFBA Campus Santo Amaro:** uma análise a partir da percepção docente. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFF, 2017.
- TAVARES, M. L. S. e RAMOS, E. E. L.. **A busca ativa para qualificar a oferta de cursos do PROEJA pelo IFSC - Câmpus Canoinhas.** Revista EJA em Debate. Florianópolis, IFSC, v. 6, n. 9, 2017.
- VITORETTI, J. M. B.. **A não consolidação do PROEJA como política pública de estado.** Tese de Doutorado. Goiânia: UFG, 2014.